
A RELAÇÃO ENTRE INDIVÍDUO E SOCIEDADE NA PERSPECTIVA MARXIANA

THE RELATION BETWEEN INDIVIDUALS AND SOCIETY UNDER THE MARXIAN PERSPECTIVE

LA RELACION ENTRE EL INDIVIDUO Y SOCIEDAD EN PERSPECTIVA MARXISTA

Artur Bispo Santos Neto¹

Resumo: O presente texto tem como propósito tratar da relação dialética entre indivíduo e sociedade na história da sociedade de classes. Numa clara ruptura com a mistificação da história encetada pela burguesia, Marx defende uma concepção de história fundada nas relações de produção e no desenvolvimento das relações sociais, em que o papel do indivíduo é relativizado, pois a história emerge da unidade de interesses e forças contrapostas e não do interesse pessoal de certos indivíduos. Por fim, para apontar a relevância da participação da individualidade plenamente conectada à universalidade concreta na atualidade, o artigo recorre à experiência histórica das mães da Praça de Maio, na Argentina.

Palavras-chave: história; classes sociais; indivíduo; sociedade; mães argentinas.

Abstract: The purpose of this text is to address the dialectical relation between individuals and society in the history of class structure. Clearly breaking the mystification of history started by the bourgeoisie, Marx defends a conception of history based on the relations of production and on the development of social relations, in which the role of individuals is relativized, as history emerges from opposing interests and forces, rather than from the personal interest of certain individuals. Finally, in order to point to the relevance of the participation of individuality, which is fully connected with the concrete universality nowadays, this article resorts to the historical experience of the mothers of Plaza de Mayo, Argentina.

Keywords: history; social classes; individual; society; argentinean mothers.

Resumen: Este artículo pretende abordar la relación dialéctica entre individuo y sociedad en la historia de la sociedad de clases. En una clara ruptura con la mistificación de la historia iniciada por la burguesía, Marx defiende una concepción de la historia basada en las relaciones de producción y el desarrollo de las relaciones sociales, en la que se relativiza el papel del individuo, ya que la historia surge de la unidad de intereses y fuerzas opuestas y no del interés personal de algunos individuos. Por último, destacar la importancia de la participación de la individualidad completamente conectado a la universalidad concreta en la realidad, el artículo se refiere a la experiencia histórica de las madres de la Plaza de Mayo, en Argentina.

Palabras clave: historia; clases sociales; individual; sociedad; madres argentinas.

Introdução

É preciso entender a relação dialética entre indivíduo e sociedade, indivíduo e classe social, indivíduo e totalidade social. Para isso é fundamental superar as idiosincrasias que constituem a concepção burguesa do mundo e que consideram o indivíduo como esteio de compreensão da totalidade das relações sociais. A concepção burguesa do mundo parte da idílica afirmação da individualidade

separada da totalidade social, do homem em sua ilha como ponto de partida para a afirmação do primado da subjetividade deslocada do efetivo desenvolvimento das relações sociais.

As concepções subjetivistas que tem seu ponto de partida na genialidade individual precisam ser combatidas porque desconsideram o movimento efetivo da realidade e as contradições fundamentais que caracterizam o desenvolvimento das condições objetivas. Marx se contrapõe às robinsonadas burguesas que têm o indivíduo como elemento substancial da sociedade, em que tudo tem seu ponto de partida no homem isolado. No seu entendimento, a perspectiva individualista da burguesia apenas é possível num contexto histórico de acentuado nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Escreve Marx (2011, p. 40): “Mas a época que produz esse ponto de vista, o ponto de vista do indivíduo isolado, é justamente a época das relações sociais (universais desde esse ponto de vista) mais desenvolvidas até o presente”.

É preciso também superar as concepções burguesas que não se cansam de afirmar que o marxismo despreza a subjetividade e o papel do indivíduo na história. Em verdade, a teoria marxiana emerge como a primeira concepção de mundo a afirmar claramente a singularidade dos homens no processo de constituição da vida social e a história não como produto duma entidade metafísica ou duma vontade transcendente, mas como resultante do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais. Destaca Marx (1983, p. 240): “O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral”.

A história como relação entre classes sociais

É preciso entender que os indivíduos não subsistem em si mesmos, não são entidades abstratas e destituídas de mundo. Os indivíduos emergem como partícipes duma dada sociedade e das condições determinadas historicamente. Não existe desenvolvimento do indivíduo sem o desenvolvimento das condições materiais, sem os elementos primordiais de preservação da reprodução de sua subsistência concreta. É no reino das necessidades e carências imediatas que se encontram os indivíduos, sendo essa a condição primeira para fazer história e para se produzir qualquer coisa (MARX-ENGELS, 1987). A forma como os homens satisfazem suas necessidades muda no decorrer dos séculos, pois mediante a relação metabólica estabelecida com a natureza, os indivíduos se desenvolvem coletivamente e transformam suas relações sociais. E à medida que os homens conseguem produzir mais do que o necessário para a reprodução de sua existência, estão dadas as condições objetivas para a acumulação e para o desenvolvimento da sociedade de classes.

É a propriedade dos meios de produção que determina o lugar dos indivíduos no interior da sociedade. Assim, as diferentes aspirações sociais e materiais nascem dos diferentes lugares que as classes ocupam no processo produtivo, bem como da distribuição e do consumo dos bens produzidos. Essa compreensão emerge da efetiva análise das condições de existência, e não duma mera classificação formal produzida de maneira apriorística, como geralmente operam as concepções burguesas acerca desta problemática. A perspectiva materialista entende que o fundamento da divisão da sociedade em classes

sociais se apresenta na forma como se organiza a propriedade dos meios de produção e dos meios de troca. É desta base que decorre o fato de certas classes serem dominantes e outras dominadas, umas exploradoras e outras exploradas. Todas as demais diferenças sociais se originam dessa diferenciação fundamental.

Entre as obras de Marx e Engels, o *Manifesto Comunista*, ocupa papel de primeira grandeza porque opera uma reviravolta na compreensão da história, quando afirma de maneira categórica que “A história de todas as sociedades é a história da luta de classes” [*Die Geschichte aller bisherigen Gesellschaft ist die Geschichte von Klassenkämpfen*] (MARX; ENGELS, 2007, p. 40). Essa proposição fundamental tem sua gênese na forma como ocorre a produção da existência material dos homens, na afirmação de que o complexo econômico ocupa papel predominante na constituição de todo o edifício social, sendo a base de explicação política e intelectual de toda a história da humanidade.

O *Manifesto* é uma clara confirmação da tese da centralidade do trabalho no processo de constituição do gênero humano e de sua articulação com as classes sociais e o mundo da política. O trabalho e a economia constituem os complexos nodais para o entendimento de todos os complexos que compõem a totalidade social. Escreve Marcelo Braz (2011, p. 35): “O movimento político do trabalho, a classe organizada, se insere nesta universalidade e, apesar de possuir uma dinâmica própria de constituição e movimento, deve ser entendido naquela universalidade, porque determinado por ela, por sua dinâmica diretora”.

Trata-se, O *Manifesto*, de um opúsculo fundamental no processo de passagem da consciência de classe em-si para a consciência de classe para-si, que supera as idiosincrasias do socialismo reacionário (socialismo feudal, socialismo pequeno-burguês de Sismondi, socialismo alemão de Karl Grün), do socialismo conservador ou burguês de Proudhon e do socialismo e comunismo crítico-utópico de Saint-Simon, Fourier, Owen. Estes ignoram o proletariado como sujeito do processo histórico e permanecem prisioneiros das soluções individualizantes dos tempos heroicos da burguesia. Superando as distintas formas de socialismo nas quais o proletariado era tão só um elemento merecedor dos sentimentos humanitários e filantrópicos das classes dominantes, o *Manifesto* destaca que o proletariado não precisa do reconhecimento e da compaixão das classes dominantes; pelo contrário, ele se constitui como a força movente da sociedade capitalista e, por isso, capaz de subverter completamente a lógica fundamentada na expropriação de seu tempo de trabalho.

O *Manifesto* implica a superação da noção do operariado como uma excrescência, passando a ser considerado como substrato primordial da sociedade burguesa. Em outras palavras, ele se configura como “sua condição essencial, seu efeito inevitável e, por sua vez, a causa que conserva e mantém viva a própria sociedade, que não se pode emancipar senão emancipando tudo e todos, ou seja, revolucionando integralmente a forma de produção” (LABRIOLA, 2007, p. 99). O proletariado não é uma classe sofredora, mas a única classe efetivamente produtiva e capaz de libertar toda a humanidade do jugo do capital. Através do *Manifesto*, o proletariado supera sua condição de subordinação à ideologia burguesa e afirma sua concepção de mundo como essencialmente antípoda à concepção burguesa e defensora dos

efetivos propósitos da universalidade plenamente reconciliada com a particularidade, mediante a superação de toda a dominação e de toda a desigualdade social.

É preciso considerar devidamente a relação entre o indivíduo e as classes sociais na sociedade capitalista, pois nesse modo de produção os indivíduos somente “podem ser integrados em uma estrutura vigente da sociedade que é constituída pelas próprias classes” (MÉSZÁROS, 2008, p. 68). Os indivíduos podem passar de uma classe à outra, mas as classes e seus antagonismos se constituem como plataforma estrutural do modo de ser do capital, que apenas pode se reproduzir exercendo controle absoluto sobre o trabalho. Assim, não é possível nenhuma espécie de conversão da classe proletária à condição de classe burguesa, ou de superação da dominação do trabalho pelo capital, nos limites desse sistema sociometabólico. A superação do antagonismo apenas pode ser realizada pela constituição de um novo modo de produção, em que o trabalho age como sujeito fundamental de todo o processo de produção, e não subordinado a qualquer que seja a forma de controle ou dominação.

O lugar do indivíduo na história das sociedades de classes

A perspectiva marxiana parte do entendimento de que a história da humanidade consiste no afastamento das barreiras naturais e na crescente presença da subjetividade humana. Isso ocorre através do controle da natureza; por meio deste o homem desenvolve suas habilidades subjetivas e objetivas, pois todo processo de objetivação implica o desenvolvimento de novos aspectos subjetivos e novas formas de objetivação (LUKÁCS, 1981b).

A sociedade burguesa resultou numa profunda revolução dos meios de produção, superando as formas arcaicas e artesanais dos distintos modos de produção precedentes. A aplicabilidade da ciência ao processo de produção representou um enorme aprimoramento das capacidades produtivas e viabilizou a ampliação da capacidade de acumulação de mais-trabalho para o capitalista. No entanto, ao tempo que afirma a relevância dos grandes homens no processo de constituição da história mediante uma nova concepção metafísica da história, a burguesia nega as possibilidades de os indivíduos intervirem conscientemente na história, adotando uma ideologia que culmina no irracionalismo e na crise de sentido da existência humana. A etapa imperialista do capitalismo, por exemplo, será moldada por essa perspectiva, já que a burguesia considera anacrônica toda e qualquer transformação revolucionária.

É nesse contexto que se fazem atuais as palavras de Hamlet: “O mundo está fora dos eixos. Oh! Maldita sorte!... Por que nasci para colocá-lo em ordem!” (SHAKESPEARE, 1981, p. 227). O príncipe é o protótipo da fragilidade e da incapacidade individual perante a objetividade. A crise do ser no mundo, mediante os estados de indecisão e acedia do príncipe, revela a incapacidade do indivíduo na contemporaneidade. Ao contrário dos heróis da tragédia grega, no drama moderno não subsiste mais o ideário característico das heroínas das tragédias antigas e o *pathos* elevado do homem da antiga pólis grega. A personagem da peça em questão constitui-se muito mais como uma espécie de anti-herói do que propriamente como herói, devido à sua incapacidade de mudar o curso das coisas.

O tempo histórico de crise estrutural do capital aprofunda ainda mais a perspectiva plasmada na incapacidade e nulidade do indivíduo. Este é impelido a apreender o movimento social das coisas como se fosse expressão de um desenvolvimento natural, ou seja, ele acaba naturalizando a dominação de classe e o processo de superexploração da força de trabalho. O fracasso das organizações operárias e dos partidos de esquerda que tentaram reformar o capital ao longo de todo o século XX resultou no aprofundamento da crise de classe, apontando, por conseguinte, a necessidade duma ofensiva socialista.

Entretanto, a história não é feita por homens melancólicos como Hamlet, senão por homens dotados de um determinado *pathos*, de uma determinada disposição para assumir como sua a causa duma época. O homem que assume a vontade coletiva como sua vontade individual, que se ergue contra os castelos erguidos no seu percurso pelos Hamlets dos distintos governos, assume os interesses da comunidade como os seus efetivos interesses.

Em face da disjunção entre necessidade e liberdade, o homem público (omnilateral) transforma a necessidade objetiva da sociedade na sua própria necessidade, operando assim uma espécie de identidade entre esta e a liberdade. É que a necessidade não consiste numa determinação estranha aos seus propósitos e interesses, mas num objetivo plenamente conectado aos seus preceitos de liberdade, pois sua realização pessoal somente pode se inscrever com sua entrega despojada à causa da totalidade social. Em vez de inscrever sua liberdade nos marcos burgueses da simples determinação duma vontade solipsista que age segundo suas determinações pessoais e deslocadas da coletividade, a liberdade do homem omnilateral é uma liberdade que não pode subsistir desarticulada das determinações sociais. O exercício da liberdade somente pode ser experimentado no espaço social em que o homem é incorporado ao universo da práxis.

A sociedade burguesa indubitavelmente inaugurou um novo período da história da humanidade no que diz respeito à liberdade; no entanto, toda a liberdade burguesa configura-se duma maneira abstrata e formal porque está assentada sobre a reprodução da dominação duma classe sobre a outra. A universalidade da liberdade é acima de tudo assegurada para o livre intercâmbio do mundo das mercadorias, ou seja, é a liberdade para o capital poder explorar infinitamente a força de trabalho operária. Apesar disso, foi nessa sociedade que pela primeira vez o homem tornou-se demiurgo de sua história e a história não se revelou um simples produto do destino ou de alguma força sobrenatural.

Ao invés de ser expressão do estado idílico de natureza, como afirmam os representantes do liberalismo, a liberdade é uma experiência historicamente constituída, que tem seu ponto de partida no trabalho, enquanto processo de objetivação que é precedido pela capacidade de escolha dos homens. É porque controlam seus instintos que os homens podem escolher entre as alternativas postas no mundo objetivo (LUKÁCS, 1981a). O desenvolvimento da história da humanidade é o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Ele cria as condições para o advento duma forma de sociabilidade em que a liberdade e a igualdade são categorias fundamentais para o desenvolvimento do capital e, também, as condições para a superação da sociedade de classes.

Apesar de a experiência concreta da liberdade estar circunscrita ao capital, isso não significa que os homens não tenham capacidade de escolha e decisão. Essa limitação da liberdade não impede de se reconhecer que a história é feita pelos homens, ao contrário do que afirmam as perspectivas niilistas e irracionistas, que consideram o homem como uma nulidade. É preciso destacar que o niilismo somente exerce influência sobre os homens porque tanto a história não é feita exclusivamente pelas vontades individuais como não é uma mera soma das diferentes vontades individuais. A história é síntese de múltiplas determinações.

A teoria marxiana afirma o caráter relativo da intervenção individual na história, porque esta é produto do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais. As relações sociais emanam do complexo gerado pelas forças produtivas e pelas relações econômicas. No movimento reflexivo entre forças produtivas e relações de produção, entre economia e classes sociais, entre universalidade e particularidade, atua a singularidade individual. A singularidade é uma expressão dialética do desenvolvimento da universalidade e da particularidade.

Os indivíduos possuem uma importância relativa na história da humanidade, porque uma série de aspectos econômicos e sociais interfere em seu desenvolvimento. É nesse contexto que a singularidade age, embora os indivíduos não sejam onipotentes na história. Ainda que a história não seja produto da consciência ou da subjetividade dos grandes homens, não é possível descartar a participação dos indivíduos na história, pois certamente as qualidades, os conhecimentos e os talentos singulares desempenham determinado papel no curso da história, a exemplo de figuras como Júlio César, Napoleão etc. (PLEKHANOV, 2008). Caso essas figuras não tivessem existido, será que a história teria acontecido da mesma forma?

Os teóricos da história fundada meramente nas condições subjetivas e na defesa das grandes personalidades afirmam que seria impossível que a história fosse a mesma sem a presença das grandes personalidades. Lucidamente, Plekhanov (2008) se opõe a essas posições e afirma que o nível de interferência do indivíduo no processo histórico depende da organização da sociedade e da correlação das forças sociais. Escreve Plekhanov (2008, p. 138): “Essa organização é que determina em cada época concreta o papel e, conseqüentemente, a importância social que pode tocar aos indivíduos dotados de talento ou que dele carecem”. O referido autor reconhece que os indivíduos exercem influência na história, mas essa influência é determinada pela estrutura e organização da sociedade, ou seja, é determinada pelo desenvolvimento das condições objetivas. Ainda Plekhanov (2008, p. 142): “Um dado indivíduo, quaisquer que sejam suas particularidades, não pode eliminar relações econômicas determinadas, quando estas correspondem a um determinado estado das forças produtivas”.

Cabe considerar devidamente o papel do indivíduo na história, para não se conferir a ele um papel demasiadamente grande ou então nenhum papel. Escreve Marx (1997, p. 21): “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. As circunstâncias expressam um jogo de forças e um leque de necessidades que precisam ser satisfeitas; nesse caso, essas

necessidades não poderão ser suprimidas pelo simples desejo de um indivíduo. É preciso que o indivíduo que atua na história esteja completamente articulado ao movimento contraditório das forças produtivas. Isso implica reconhecer que o indivíduo isolado não ocupa papel decisivo na constituição do movimento histórico.

O curso da história continuaria sendo o mesmo e permaneceria intacto se não existissem Júlio César ou Cleópatra, Napoleão ou Bismark, Marat ou Robespierre, porque outros homens exerceriam os papéis que eles exerceram na história; certamente, poderiam ter exercido sem as cores e o brilho de alguns desses, mas teriam realizado aquilo de fundamental que realizaram, porque eles cumpriram somente os anseios das forças produtivas que estavam em curso. Se essas forças produtivas que propiciaram a Revolução Francesa não estivessem em curso, possivelmente Napoleão não passaria dum militar desconhecido e destituído de qualquer mérito de grandiosidade. Esclarece Plekhanov (2008, p.158): “Nenhum grande homem pode impor à sociedade relações que já não correspondam ao estado das referidas forças ou que ainda não correspondam a ele”.

Certamente, o movimento da história não é determinado pelas volições e paixões individuais; as causas contingentes e efêmeras que perpassam os movimentos pessoais ocupam papel secundário na história, pois estes não conseguem substituir os interesses maiores que determinam a totalidade social. Segundo Plekhanov (2008, p. 141), “para que o resultado tivesse sido contrário ao que foi na realidade, ter-se-ia de substituir essas necessidades por outras opostas, o que, naturalmente, nenhuma combinação de pequenas causas estaria em condições de fazer”. Por exemplo, o Golpe Militar de 1964 no Brasil não poderia ser interceptado por uma mera habilidade pessoal do governante, pois se tratava duma reconfiguração do poder político enquanto expressão das alterações sucedidas no âmbito da economia. O processo da reestruturação produtiva e o jogo de forças que imperavam no cenário internacional impunham a necessidade da reconfiguração política de toda a América Latina.

Os militares no poder abriram as portas para que o capital pudesse se desenvolver plenamente sem os entraves e as restrições impostas pelo populismo e pelos movimentos sociais de cunho nacionalista. As organizações sindicais e populares precisavam ser estranguladas para que o capital pudesse se desenvolver livremente, pois a etapa histórica de concessões aos trabalhadores havia ficado para trás. Os militares representavam as novas necessidades históricas do capital e as relações econômicas determinadas pelo grande capital, impondo ao país uma nova reconfiguração do poder político e de suas relações sociais.

Nenhum indivíduo particularmente poderia interceptar o estabelecimento da ditadura no país; para fazê-lo teria de representar os interesses das forças opostas de maneira sistemática e organizada, e os trabalhadores não estavam suficientemente organizados e preparados para exercer uma significativa ofensiva aos representantes do capital naquele momento histórico. No entanto, a ditadura militar acabou sendo superada na medida em que assegurou as novas condições para o pleno desenvolvimento do capital no país. Se num primeiro momento, as ações individuais não foram capazes de interceptar tal regime, num segundo momento, as ações dos indivíduos convergiram para uma ação coletiva e organizada que

culminou na derrocada da ditadura militar. Isso, entretanto, não significou o fenecimento do capital perante o trabalho, pelo contrário: foi tão só a expressão do fato de que a política estava muito bem amoldada aos novos preceitos do capital, e a democracia burguesa podia então ser reinstaurada.

A possibilidade do indivíduo integrado à comunidade

A interferência do indivíduo na constituição da história deve ser analisada sempre de maneira comedida, evitando-se as compreensões mistificadas do liberalismo burguês e do romantismo pequeno-burguês. Entre os movimentos históricos que contaram com a presença e a contribuição de grandes individualidades, merece destaque aquele que ficou conhecido como as “Mães da Praça de Maio”, na Argentina.

O movimento emerge de um confronto aberto com o regime militar, culpando-o pelo desaparecimento de seus filhos. A repressão na Argentina ganhou tamanha ubiquidade, a ponto de pouquíssimas famílias não terem sido afetadas pelo regime que assolou a nação, dizimou mais de 30 mil vidas e torturou mais de 100 mil pessoas. O inesperado de tudo foi o comparecimento na cena política das avós da “Praça de Maio”, que, inconformadas com as tergiversações das autoridades, começaram a exigir em público, com audácia quase suicida, a devolução dos seus netos e uma satisfação pública pelo desaparecimento de seus filhos e filhas. Por isso foram chamadas de “*Las locas de la Plaza de Mayo*” (CASTELLI, 2012; GORINI, 2006; PONZIO, 2007).

O movimento constitui-se pelo reconhecimento da identidade de cada uma das individualidades envolvidas na outra individualidade. Isso consiste naquilo que permeia o núcleo da concepção hegeliana da *aufhebung* como superação do em-si no para-si. Entre os ideais que oferecem unidade ao grupo, colocase com primazia a questão da “socialização da maternidade”, em que todos os filhos pertencem a todas as mulheres do movimento. Diferentemente do Brasil, em que as classes médias sempre se mantiveram ao lado do regime militar e nunca se identificaram com a causa dos filhos desaparecidos e assassinados pelo regime militar, na Argentina as mulheres da classe média participaram ativamente da luta contra o terror de Estado. Isso representou um problema para as representações ideológicas das classes dominantes e criou sérias dificuldades para os militares extirparem completamente o movimento das mães (PONZIO, 2007).

Ao tempo que possui uma linha de continuidade com a tradição burguesa da maternidade, o movimento rompe com esse vínculo, porquanto conclama todas as mães para cortar o cordão umbilical que as impedia de lutar contra a ditadura e que as impossibilitava de sair às ruas para reivindicar. É uma ruptura com a tradição da mulher acomodada ao lar e subserviente à vida doméstica. Elas passam a dividir o espaço da casa com o espaço da rua, tornando a praça sua nova morada e se orgulham de afirmar que a rua (*calle*) lhes havia ensinado tudo, pois não tinham nenhuma formação política antes disso; não compreendiam nem mesmo o que era o regime militar e o que representava o presidente Jorge Videla (PONZIO, 2007). No espaço coletivo da praça as mulheres deixaram para trás as reivindicações que se acomodavam à mera necessidade de desterro dos restos individuais e parcelado de cada fragmento de

osso do filho torturado e assassinado. No espaço público elas refizeram sua concepção de mundo e descobriram a relevância da luta política, animando umas às outras no movimento que tem como mote os filhos assassinados.

Há dois movimentos das Madres argentinas. Existe a *Asociación de Plaza de Mayo* (1976) e as *Madres da Plaza Del Mayo – Linha Fundadora* (1986). Ambos assumem a causa dos filhos e fazem ressurgir dos mortos seus entes assassinados, mediante fotos nos broches e nos lenços brancos que portam nos pescoços. Ao falar de seus desaparecidos, eles seguem vivos e marchando com elas. Assim, despertadas para o mundo pela mediação dos filhos, elas os trazem de volta contra a política do silêncio e o estado de exceção orquestrado pelos militares. Elas cabalmente afirmam: “Somos hijas de nuestros hijos” (IRAMAIN, 2010, p. 10).

Na “Praça de Maio” estão presentes as heroínas Antígona e Pelageya Wlassova. A primeira, clássica personagem da obra de Sófocles, a mulher capaz de erguer-se contra o poder do Estado, corporificado na pessoa de Creonte. A segunda, Pelageya, a heroína de nosso tempo histórico, mulher que serve de exemplo para todo camponês e todo operário, e que leva à comoção os jovens e as jovens de todas as classes sociais, pela sua dedicação à causa da humanidade emancipada do capital. As mães da Plaza mostram que Pelageya não é uma mera ficção literária, pois indicam que da mesma maneira que a arte imita a vida, a vida também imita a arte.

Na Plaza se encontram mães operárias, camponesas e da classe média. Elas nunca estão sozinhas; com elas se acha uma multidão de mais de 30 mil filhos assassinados e mais de 100 mil torturados, e seus mais de 500 netos desaparecidos, alguns deles também torturados. Elas escolheram o mesmo dia dos voos da morte para trazer de volta seus filhos. Todas as quintas-feiras elas ficam ao redor da casa Rosada, fazem discussões, entoam canções contra os ditadores, analisam o quadro social do país e traçam estratégias de luta (PONZIO, 2007). Elas construíram uma rede de investigação que conseguiu localizar mais de 100 crianças desaparecidas, bem como apontar os efetivos responsáveis pelos massacres acontecidos. Uma luta realizada com ardor e determinação.

A história oficial da Argentina foi subvertida pelas “Mães da Praça de Maio”. Elas não falam em nome da moral, mas em nome dos que sofrem danos, como dizia Brecht (2005). Elas não se envergonham de seus filhos e defendem em alta voz a causa deles. É outra história quando comparada com a história do Brasil, pois aqui poucas foram aquelas que vestiram a camisa de seus filhos e que fizeram como Pelageya, que afirma: “Sempre ouvimos dizer/ Que as mães perdem cedo os seus filhos, mas eu/ Fiquei com o meu. Como o mantive? Através/ Da terceira coisa./ Ele e eu éramos dois, mas a terceira/ A coisa em comum – o que fizemos juntos □ / Essa nos fez um só” (BRECHT apud EWEN, 1991, p. 255). A causa as mantém unidas; a luta preserva sua memória e acende a causa que as animava.

O movimento das “*Mães da Plaza de Mayo*” constitui uma referência para as lutas que se travaram ao longo da primeira década do século XXI na Argentina, quando a crise econômica proletarizou parte expressiva de sua classe média e lançou milhões de trabalhadores na condição de desempregados estruturais. É possível afirmar que a luta de classes que se inscreve na atualidade na Argentina conta com

uma nova e muito mais dinâmica forma de individualidade, uma forma que está sendo forjada na rua e no espaço público. Nela os indivíduos aprendem a superar os limites formais da liberdade e igualdade burguesas e estabelecem um estatuto mais elevado de individualidade, em que os interesses da coletividade se configuram concretamente na universalização dos propósitos e das necessidades.

Conclusão

Os indivíduos fazem a história sob condições muito bem estabelecidas. Existe então uma interação dialética entre individualidade e sociedade, individualidade e desenvolvimento das forças produtivas. O entendimento dessa conexão exige um olhar atento e capaz de superar as camadas superficiais da realidade e adentrar na sua essencialidade. No âmbito da imediatez predomina sempre uma tendência a considerar a história como consequência das ações dos grandes homens, desconsiderando seus movimentos complexos e seus movimentos internos como determinados pelo desenvolvimento das forças produtivas e das classes sociais em disputa. É bem mais simples e elementar compreender a história a partir do teatro configurado pelas paixões das grandes personalidades eleitas da história oficial do que adentrar nas suas camadas mais profundas, já que isso exige ciência e cuidado.

A história recente da Argentina ensina que é possível plasmar uma nova forma de individualidade, uma espécie plenamente integrada ao espaço público e capaz de fazer dos interesses da coletividade os seus interesses. Por isso, coloca-se na ordem do dia a necessidade de uma nova forma de sociabilidade. Uma forma em que o indivíduo se ache plenamente integrado à totalidade social, e não como um ser alienado e controlado pelas distintas personificações do capital e sua constelação ideológica de instrumentos que servem apenas para neutralizar as ações da classe revolucionária.

Referências:

- BRAZ, M. *Partido e revolução: 1848-1989*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- BRECHT, B. *Estudos sobre o teatro*. 2.ed. Tradução Fiana Pais Brandão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- CASTELLI, N. D. Conhecendo as Mães da Praça de Maio: ensaio do perfil da Associação. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA (ANPUHRS), 11., 2012, Rio Grande. *Anais...* Rio Grande, 2012.
- EWEN, F. *Bertolt Brecht: sua vida, sua arte, seu tempo*. Tradução Lya Luft. São Paulo: Globo, 1991.
- GORINI, U. *La Rebelión de las Madres: Historia de las Madres de Plaza de Mayo*. Tomo I (1976-1983). Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006.
- GORKI, M. *A mãe*. Tradução José Augusto. São Paulo; Expressão Popular, 2007.
- IRAMAIN, D. Uma historia de las Madres de Plaza de Mayo. *Revista Sueños Compartidos*, Buenos Aires, suplemento n. 1, ago. 2009.
- LABRIOLA, A. Em memória do Manifesto Comunista. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. Tradução Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2007.

- LUKÁCS, G. O trabalho. Tradução Ivo Tonet. Texto mimeografado. Extraído de *Per l'ontologia dell'essere sociale. Vol. II*. Roma: Editori Riuniti, 1981a.
- _____. A reprodução. Tradução Sergio Lessa. Texto mimeografado. Extraído de *Per l'ontologia dell'essere sociale. Vol. II*. Roma: Editori Riuniti, 1981b.
- MARX, K. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-58: esboços da crítica da economia política. Tradução Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- _____. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Tradução Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. Tradução Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *A ideologia alemã (I – Feuerbach)*. Tradução José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MÉSZÁROS, I. *Filosofia, ideologia e ciência social*. Tradução Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2006.
- NETTO, J. P. *Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004.
- PLEKHANOV, G. V. *O papel do indivíduo na história*. Revisão Geraldo Martins de Azevedo Filho. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- PONZIO, M. F. G. de A. A praça da memória: o cenário das Madres de Plaza de Mayo. *Revista Palimpsesto*, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <www.pgletras.uerj.br/palimpsesto>. Acesso em: 30 ago. 2013.
- PRIORI, A. Golpe militar na Argentina: apontamentos históricos. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 59, abr. 2006.
- SHAKESPEARE, W. *Hamlet, príncipe da Dinamarca*. Tradução Carlos de Almeida e Oscar Mendes. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

Notas:

¹ Professor do Curso de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: arturbisponeto@gmail.com.

Recebido em: 06/2013

Publicado em: 10/2013.